



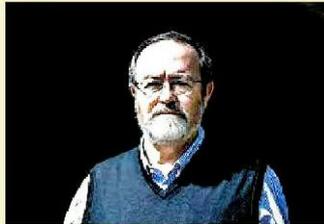
Área: 3733cm² / 80%

FOTO Titagem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 6815513

**“A pandemia
é um
laboratório
para
estudarmos
emoções”**



W Weekend
negócios
ambisilva8



Área: 3733cm² / 80%

Tiragem: 16.981

FOTO

Corres: 4 Cores

ID: 6815513



Weekend negócios

SEXTA
24.04.20

JOSÉ
MANUEL
SOBRAL

A pandemia é um
laboratório de emoções

Miguel Baltazar



ENTREVISTA

JOSÉ
MANUEL
SOBRAL

LÚCIA CRESPO

MIGUEL BALTAZAR

**O vírus pode intensificar nacionalismos mais radicais**

O historiador e antropólogo José Manuel Sobral tem estudado a pandemia de 1918-19, conhecida como gripe espanhola ou gripe pneumónica – uma pandemia “esquecida” e ofuscada pela Primeira Grande Guerra. O investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa é coautor de publicações como “A Pandemia Esquecida: Olhares Comparados sobre a Pneumonia (1918-1919)” e “Centenário da Gripe Pneumónica: A Pandemia em Retrospectiva”. “Já na altura, o médico Ricardo Jorge, então comissário-geral do governo na luta contra a epidemia, não tinha dúvidas: os mais pobres pagam a pior fatia da crise.”



Os vírus não atingem toda a gente da mesma forma, salienta o historiador José Manuel Sobral, que recorda uma história célebre, contada pelo médico Ricardo Jorge num dos relatórios da gripe de 1918-19: o vapor Moçambique trazia soldados oficiais e civis daquele país para Lisboa. Enquanto a mortandade foi enorme entre os soldados que viajavam em quarta classe, não tinha morrido ninguém entre os oficiais que viajavam em primeira classe... “Portanto, já na altura, a epidemia atingia em muito maior proporção aqueles que estavam mais expostos e os mais pobres. Ninguém estava a salvo do vírus, mas alguns podiam proteger-se mais. Tal como agora”, sublinha o investigador.

A pandemia de gripe de 1918-19 foi, de alguma forma, esquecida pela História?

Interessa-me muito pelas questões da memória coletiva e encontro diversas razões

para um certo esquecimento da pandemia de 1918. O historiador norte-americano Alfred Crosby dizia que essa lacuna na memória se devia essencialmente à Primeira Guerra Mundial, ou seja, as atenções das pessoas estavam focadas na Grande Guerra de 1914-1918. A memória não é um processo automático de transmissão do passado para o presente. Para que certas experiências permaneçam na recordação, são necessários agentes sociais que tornem esses acontecimentos memoráveis. Por exemplo, foi perpetuada a memória dos que morreram, não vítimas de uma doença, mas que morreram “pela pátria”, de acordo com o discurso oficial. Em todos os países há um conjunto de lugares da memória que evocam os heróis da guerra. Em Portugal, temos o Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, em plena Avenida da Liberdade, ou

A guerra ofuscou a pandemia. As atenções das pessoas estavam focadas na Grande Guerra de 1914-1918.





o memorial ao Soldado Desconhecido, no Mosteiro da Batalha... E assistimos a grandes comemorações, como o desfile militar em 2018, que assinalou os 100 anos do Dia do Armistício. Isto acontece um pouco por todo o lado. As cerimónias do “Remembrance Sunday”, no Reino Unido, são imponentes. Há pouco tempo, comemoraram o centenário do início da Grande Guerra construindo, em cerâmica, um rio de pétalas de papoila, para simbolizar as torrentes de sangue derramado...

A guerra ofuscou a pandemia.

Completamente, a pandemia ficou na esfera privada – perdemos os nossos pais, perdemos os nossos irmãos, as nossas mulheres e os nossos maridos. A pandemia ficou nalguns livros de ficção e em algumas memórias.

Preferimos salientar aquilo que nos “glorifica”?

Sim, preferimos salientar acontecimentos ligados a uma narrativa nacional e a pandemia não entra nessa narrativa nacional. A pandemia atingiu quem estava em guerra e quem não estava em guerra, ou seja, não foi um evento cujas vítimas tivessem morrido ao serviço de uma causa e, portanto, foi-se esquecendo.

Que aprendizagens podemos retirar da chamada gripe espanhola?

Em termos económicos e sociais, não sabemos exatamente quais foram as consequências da pandemia de 1918-19, precisamente porque os seus efeitos articularam-se com os da guerra, todos contribuindo para a crise, que se traduziu num enorme défice público para as finanças portuguesas e num enorme sofrimento social. Mas uma grande lição que ficou foi a necessidade de vigilância em relação a epidemias daquele género.

O médico Ricardo Jorge, que organizou a luta contra a pandemia de gripe de 1918, defendia “cama, dieta, tisanas e médico” - ainda que resistisse à ideia

de um isolamento severo. Chegou a receber ameaças de morte...

Sim, e refugiou-se em Lisboa, mas a história do refúgio aconteceu cerca de 20 anos antes da pandemia. Ricardo Jorge vivia no Porto, de onde era natural, sendo lá professor de Medicina e diretor dos serviços municipais de higiene e saúde pública. Durante um surto de peste bubónica, em 1899, propôs um cordão sanitário para debelar a doença, e isso acarretou prejuízos. Foi ameaçado de morte e partiu para Lisboa, onde foi ascendendo na carreira. Tornou-se diretor-geral da Saúde e, em 1918, foi nomeado comissário-geral do governo na luta contra a epidemia. Relativamente à questão do isolamento, Ricardo Jorge balançava entre dois polos. Por um lado, sabia que isso era importante (e defendia que as pessoas não se deveriam cumprimentar com apertos de mão nem com beijinhos) e foi apologista de certos encerramentos: algumas escolas fecharam, a Universidade de Coimbra encerrou, a Escola Naval também. A dada altura, até o Parlamento encerrou! Mas não apelou a um isolamento total. Manifestou-se contra o fecho, por exemplo, dos cafés e dos teatros, porque achava que isso poderia suscitar o pânico e gerar prejuízos maiores do que a epidemia. Ele entendia que, para debelar o flagelo, só havia uma coisa realmente eficaz..., uma vacina.

A segunda fase da epidemia foi bem mais grave.

Foi e, aliás, só houve isolamento nessa fase da epidemia. Mas, logo na primeira fase do surto, Ricardo Jorge tinha a ideia de que se tratava de algo terrível. Ele escreveu num relatório de junho de 1918 que a epidemia, até então, tinha sido mais ou menos benigna, mas alertava para a sua “face suave” poder “esconder intenções traiçoeiras”.



Ricardo Jorge não tinha dúvidas: os mais pobres pagam a pior fatia da crise. Os vírus não atingem toda a gente da mesma forma.



E não se conseguiu evitar aquele que foi o maior desastre demográfico no país.

E há quem diga que foi o maior desastre demográfico da história da Humanidade. Estamos a falar em cálculos, por baixo, entre 20 e 30 milhões de mortos. Mas podem ter sido 50, 100 milhões ou mesmo mais – não existiam serviços estatísticos que abrangessem a totalidade das populações. Grande parte dos mortos foram enterrados sem que a causa da morte fosse conhecida e há por isso uma indefinição. Mas pensa-se sempre na ordem das dezenas de milhões de mortos, numa altura em que a população mundial era muito inferior à atual. Hoje temos sistemas avançados de vigilância e de telecomunicações, por isso é mais fácil saber tanto o que está a acontecer no mundo como o que está a acontecer numa aldeia de Trás-os-Montes. Na época não havia telefones em quase sítio nenhum, existiam jornais, censurados, raros telefones, a telegrafia sem fios estava no seu início... O contexto não é comparável com aquele em que vivemos. E na altura também não se conseguia evitar o movimento de tropas, que, devido à guerra, andavam de um lado para o outro...

Já se falava em não sobrecarregar o sistema hospitalar.

Não havia uma rede hospitalar do Estado, a enorme maioria dos hospitais existentes eram hospitais das Misericórdias. Em Lisboa, já existiam alguns hospitais especializados, como o atual Curry Cabral, para doenças infetocontagiosas, ou o D.^a Estefânia, para crianças. Havia também hospitais civis, mais modernos. As grandes cidades tinham igualmente hospitais associados às faculdades de Medicina. Mas, no interior do país, só existiam os hospitais das Misericórdias, cuja dotação dependia dos recursos locais, por vezes quase inexistentes. Tínhamos incomparavelmente menos médicos por habitante e muitos deles estavam na tropa. Os meios médicos, hoje, são muito melhores e chegam a muita gente,

em particular nos países com serviços de saúde públicos generalizados a todos.

Começou por se dizer que o vírus SARS-CoV-2 era democrático, que não olhava a classes sociais. Mas nem todos são atingidos da mesma forma, tal como não foram durante a epidemia de 1918. Também aqui, a História parece repetir-se.

Os vírus não atingem toda a gente da mesma forma. Há uma história célebre, contada por Ricardo Jorge num dos relatórios da gripe de 1918-19: o vapor Moçambique trazia soldados oficiais e civis de Moçambique para Lisboa. Enquanto a mortandade foi enorme entre os soldados que viajavam em quarta classe, não tinha morrido ninguém entre os oficiais que viajavam em primeira classe... Portanto, já na altura a epidemia atingia em muito maior proporção aqueles que estavam mais expostos e os mais pobres. Ninguém estava a salvo do vírus, mas alguns podiam proteger-se mais. Tal como agora.

A pandemia torna mais visível as desigualdades sociais.

As pessoas que andam na rua são as que vêm buscar o lixo, são as que estão nas caixas registadoras, é a empregada imigrante que vai tratar da velha senhora porque precisa de ganhar dinheiro e porque a velha senhora não tem mais ninguém; são os motoristas dos autocarros, são os seguranças dos bancos e instituições. São aqueles que não podem fazer teletrabalho e que muitas vezes têm remunerações inferiores. A incidência das desigualdades tem sido sublinhada, na atualidade, num país tão rico como os Estados Unidos, onde os que mais sofrem são os afro-americanos e os latinos... O Ricardo Jorge não tinha dúvidas: os mais pobres pagam a pior fatia da crise. Ele disse-o, taxativamente.

O vírus põe a nu o funcionamento das sociedades. É quase uma espécie de lupa. Enquanto historiador e antropólogo, considera que a atual pandemia pode, de alguma maneira, mudar a nossa forma de organização?

Não sei, mas uma das coisas que nos podem afetar muito, dada a enorme crise gerada pela pandemia, é o facto de não haver um acordo suficientemente forte a nível europeu, ou seja, é o facto de não haver solidariedade, isto é, mutualização da dívida entre os países da União Europeia. E os efeitos económicos e políticos da crise irão afetá-la.

A economia da pneumónica de 1918 ainda está por fazer, como disse ao Expresso José Vicente Serrão, investigador do ISCTE?

Essas dificuldades também têm que ver com o facto de a epidemia coincidir com a guerra e com as enormes despesas que trouxe. Não será fácil separar as consequências de uma e de outra. E a conjuntura da guerra em Portugal foi extremamente conflituosa. Portugal em 1918 era um país dividido entre os partidários do Sidónio Pais, republicanos conservadores, monárquicos e católicos – bem como todos os que eram hostis à participação do país no conflito –, e os republicanos maçónicos e anticlericais da União Sagrada, que tinham promovido a entrada de Portugal na guerra. E muita gente sofria e estava revoltada com a situação de crise económica e social que se vivia.

Receia, a nível global, um terreno mais permeável a movimentos não democráticos?

Pode acontecer, o cenário está a endurecer, com a tomada de medidas antidemocráticas a pretexto do combate à pandemia, como sucede na Hungria, por exemplo. O vírus pode intensificar nacionalismos mais agressivos, como ocorre nos Estados Unidos, que estão a prosseguir uma linha nacionalista isolacionista. E a já falada falta de uma solidariedade europeia suficientemente forte está a reforçar os Estados nacionais. Verificamos que quem dirige o combate é cada governo no seu país. Cada país, cada governo, cada sistema de saúde pública, está a lidar à sua maneira com todos estes aspetos.



E isso pode, de alguma forma, extremar um sentimento patriótico?

Pode desenvolver a consciência ou a percepção do “nós” coletivo, mas isso não conduz necessariamente a um nacionalismo agressivo. Até ouvimos em Portugal apelos ao consumo da produção nacional, o que reitera o vínculo de identidade nacional. A percepção de que se vive num mundo de nações é exacerbada quando alguns países mostram uma posição nacionalista isolacionista. E temos uma consciência maior da ideia de país como algo de delimitado também porque as fronteiras estão fechadas e as trocas diminuíram. Mas os cenários realmente preocupantes têm que ver com o descontentamento e com o desespero. Estes fenómenos podem alimentar movimentos nacionalistas mais radicais, caso as forças democráticas não consigam dar as

respostas adequadas à enorme crise económica e social com que nos confrontamos.

Nunca pensou, na sua história de vida, viver algo deste tamanho?

Eu tinha noção de que era possível acontecer algo que evocasse a pneumónica, pois fui seguindo todos os acontecimentos pandémicos. Mas uma coisa é a possibilidade intelectual, outra coisa é a vivência de um acontecimento destes. Não estava à espera de viver isto, ainda que intelectualmente acreditasse que pudesse acontecer.

Para um estudioso das ciências sociais, são tempos interessantes.

Desse ponto de vista, são tempos aliantes, porque a pandemia funciona como um prisma a partir do qual podemos estudar toda a sociedade. E funciona também como um laboratório para estudarmos as emoções – no seio familiar e não só –, como



um laboratório para nos examinarmos a nós próprios e as nossas relações sociais. E coloca-nos perante a morte, interpela-nos. A pandemia é uma grande interpelação.

Começámos por falar na memória e no esquecimento. As ciências sociais já estão a estudar a covid-19...

As ciências sociais estão mobilizadas para a covid-19. Colaborei no estudo “O Impacto Social da Pandemia”, realizado por uma equipa do ICS e do ISCTE, fizemos um primeiro relatório em que falamos precisamente sobre o impacto das desigualdades. Os cientistas sociais estão, de facto, focados no impacto da pandemia e nas reações sociais que suscita. Não se discute a importância fundamental dos médicos, dos enfermeiros, dos epidemiologistas e de todos aqueles que estão a desenvolver os recursos para debelar o vírus, mas o comportamento social é fundamental no combate à pandemia – tudo depende neste momento do respeito pelas medidas do distanciamento social –, e isso coloca questões sociais, políticas e comportamentais que cabe às ciências sociais estudar.

Alguns investigadores do ICS estão a participar no projeto “Diários de Confinamento”, uma iniciativa sobre as experiências de isolamento.

É um projeto realizado por colegas meus, associados a investigadores franceses. É fundamental partilharmos a nossa experiência, pois nenhum tipo de conhecimento substitui o vivido.

Esta pandemia vai então ficar registada na memória coletiva?

Tem muito mais possibilidade de ficar na memória coletiva do que a epidemia de 1918, temos muito mais escritos, mais imagens, temos a internet. A quantidade de registos que irá perdurar é incomparavelmente maior e estes têm um conteúdo muitíssimo variado. No relatório sobre o impacto social da covid-19, a dada altura, alguém dizia que um pai tinha abandonado os filhos..., já viu as experiências dramáticas de quem enfrenta situações destas, o desemprego, a precariedade, a solidão, etc.? Ou as experiências, radicalmente distintas, da solidariedade ou da generosidade? A crise tem múltiplas implicações, que vão da esfera doméstica ao espaço público, e traduz-se no plano das emoções. Cabe às ciências sociais estudar todas estas dimensões. w

A pandemia é um laboratório para estudarmos as emoções. (...)
A pandemia é uma grande interpelação.

